



CALENÁRIO E VÍDEOS
**Receitas "locais
 e sazonais"**
 para descobrir
 ao longo
 de 2023

página 7



BANANIKA
**A nova
 sidra
 que nasceu
 na ilha
 Terceira**

página 4



GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 45 . dezembro/2022 • grater@grater.pt • www.grater.pt • www.facebook.com/grater.pt • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



PRORURAL+

Governo dos Açores

PORTUGAL
2020

UNÃO EUROPEIA
 Fundo Europeu Agrícola
 de Desenvolvimento Rural
 A Europa investe na vida rural



ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO MINHA TERRA, MIGUEL TORRES

O DIREITO A SER FELIZ NO SÍTIO ONDE SE VIVE

O presidente da Federação Minha Terra, Miguel Torres, defende a importância do desenvolvimento dos territórios rurais. Diz que quem vive nos Açores deve ter as mesmas oportunidades que outro concidadão e que os fundos comunitários devem chegar até "ao cidadão mais isolado".

página 05



FÁTIMA AMORIM
Vice-presidente do Conselho de Administração da GRATER

EDITORIAL

Chegada a mais uma época natalícia, é mote também para a chegada do final de mais um ano e por inerência, fazer um balanço. E é com sentimento de dever cumprido que a GRATER sintetiza este ano de 2022.

Foi longo o caminho trilhado, mas com a convicção de que o trabalho permitiu contribuir para criar oportunidades e melhorar as condições de vida e de bem estar da população do nosso território de intervenção, das ilhas Graciosa e Terceira.

Uma das nossas áreas de intervenção foram os projetos de cooperação, por defendermos que são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento dos territórios, pela partilha de experiências e conhecimentos que conseguimos através das parcerias estabelecidas.

Neste final de ano, a GRATER concluiu a execução de um dos projetos de cooperação em que esteve envolvida, o Cultivar&Cooperar. Este projeto reverte-se de relevo atual, no aprofundamento das suas temáticas, sobretudo relacionadas com o ambiente, alterações climáticas, agricultura, economia circular, assentes em estratégias essenciais, como a reutilização dos desperdícios sólidos não orgânicos produzidos pelo setor agrícola, abordando aspetos relacionados com o artesanato, design, inovação, cooperação entre o setor agrícola e as indústrias culturais e criativas. Outra temática abordada neste projeto foi a introdução de modos de produção agrícola mais sustentáveis e amigos do ambiente, em parceria com várias organizações de produtores agrícolas.

O evento final do projeto decorreu em Angra do Heroísmo, num seminário que reuniu os vários parceiros e focou as temáticas da economia circular e da cooperação/parcerias. Aproximamo-nos do final da execução do projeto "Reducing the Distance: short supply chain between land and sea". Este projeto pretende destacar os produtos agroalimentares locais, de terra e do mar, promovendo um posicionamento destes produtos a nível nacional e internacional de forma inovadora e multifacetada, através da organização de eventos, com o objetivo de reforçar a ligação entre o meio rural e urbano e reforçar os circuitos curtos alimentares.

São projetos que promovem o nosso território, através de iniciativas/eventos que potenciam a troca de experiências entre os vários atores locais, dos territórios dos parceiros de cooperação.

Com os projetos implementados, a GRATER, pretendeu dar o seu contributo para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, traçados pela ONU em 2015. Nesta reta final de 2022, acarretou novos desafios à GRATER. No mês de novembro teve início mais um processo de seleção dos grupos de ação local, para o período de 2023-2027, para a implementação do LEADER na vertente pescas e rural.

Os futuros grupos de ação local terão um grande trabalho pela frente e uma responsabilidade acrescida na preparação da estratégia de desenvolvimento local, e na implementação de políticas públicas, que exigem a maior e melhor articulação entre todos os agentes locais.

Os tempos que se aproximam são extremamente desafiantes, colocando metas e objetivos prioritários, nomeadamente ao nível do emprego, ambiente e as implicações associadas ao período de guerra atual entre Rússia e Ucrânia, que afetam todas as sociedades, e que exigem o envolvimento e um olhar atento de todos nós, na identificação das transformações que se estão a verificar no nosso território, e que contribuirão para o aparecimento de outras necessidades, que vão exigir a definição de novas prioridades e medidas a incluir na futura estratégia de desenvolvimento rural.

Aproveito para desejar a todos vós um Feliz Natal e um próspero ano de 2023, com saúde, paz e muito amor

OPINIÃO

A Cooperação LEADER



JORGE RODRIGUES
coordenador da ADIRN
(Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte)

A ADIRN tem mais de 30 anos de experiência no desenvolvimento de projetos de cooperação. Mesmo antes de ser formalmente incluída nas medidas LEADER, já desenvolvíamos projetos piloto com outros parceiros da Europa, caso, por exemplo, das Antenas Comerciais Europeias. O que se pretende com este artigo é, de forma breve, partilhar essa experiência, tentar contribuir para encontrar as respostas às questões que normalmente se colocam no início de qualquer projeto: Porquê cooperar? Quais os resultados/benefícios? Como cooperar? Com quem?

O enquadramento da Cooperação LEADER, tem sofrido algumas alterações, desde o LEADER II, Leader +, SP3PRODER e DLBC. Os princípios e objetivos quase sempre iguais, mas a sua aplicação e regras de elegibilidade sempre com aumento de complexidade limitando a intervenção dos GAL. A cooperação devia ser um instrumento essencial e parte integrante da EDL, mas nem sempre é o caso. No atual quadro de apoio, PDR2020 a Portaria n.º 313-A/2016 de 12 de dezembro, enquadra o que se continua a chamar abordagem LEADER, apesar das suas principais características tenham vindo a ser esquecidas. Assim, de acordo com a Portaria:

A medida n.º 10 — LEADER do PDR2020 visa promover o desenvolvimento de atividades económicas, permitindo fixar a população e aproveitar recursos endógenos, transformando-os em fatores de diferenciação e de competitividade. Estas funções têm vindo a assumir maior importância, correspondendo a novas procuras e necessidades das populações, inclusivamente exterior ao território local. Conjugam-se, assim, o reconhecimento das potencialidades dos territórios em todas as suas componentes, desde o património ambiental e cultural ao potencial endógeno de produção, a partir dos quais se pode estruturar o desenvolvimento local.

A medida n.º 10 — LEADER integra a ação n.º 10.3 «Atividades de Cooperação dos GAL», que visa valorizar os territórios rurais e consolidar o seu tecido económico e social, através da cooperação, enquanto instrumento potenciador das complementaridades e diversidades, permitindo abrir novas oportunidades de mercado e de desenvolvimento dos territórios rurais.

Conseguimos aqui obter a resposta à primeira questão: Porquê cooperar? Cooperar-se para valorizar, desenvolver os territórios rurais e conso-

lidar o seu tecido económico e social, este, um desígnio suficientemente importante para que a cooperação seja olhada com toda a importância, parte integrante da estratégia com recurso e flexibilidade que permitam o trabalho adequado.

A segunda questão também tem, em parte, a sua resposta nos objetivos referidos na portaria "Quais os resultados/benefícios da cooperação?". Será o "potenciar das complementaridades e diversidades permitindo abrir novas oportunidades de mercado e de desenvolvimento dos territórios rurais?"

Novas oportunidades de mercado sem dúvida, o ganhar escala ou complemento da gama, pela diversificação pode ser uma forma de aceder a mercados que por si só as empresas do território dificilmente chegariam, mas também pelo processo de aprendizagem e incorporação resultante de troca de experiências, das ações de capacitação e de simples visita a outros locais. O resultado esperado de desenvolvimento dos territórios rurais, tem mais abrangência, desde logo, o impacto junto das pessoas. Cooperar estimula a abertura de mentalidades e predispõe para o processo de mudança, enriquece os atores com conhecimentos e novas experiências que podem assimilar nas suas práticas. Mas motivação, novos métodos de trabalho, mais experiência, mais valorização dos seus conhecimentos quando colocados ao dispor da parceria, são tudo benefícios para as pessoas envolvidas num processo de cooperação.

Os GAL ganham na medida que reforçam a sua visibilidade, aumentam a cultura de trabalhar em rede e resolução conjunta de problemas, ganham contactos, novas ideias e formas de operacionalizar a sua estratégia, melhoram o conhecimento do seu próprio território e do seu tecido empresarial, bem como dos seus parceiros, quando envolvidos no processo.

Beneficiam os territórios e todos os seus atores, na medida em que, aumentam a notoriedade e se promovem externamente, incorporam conhecimento, exportam bens e serviços, consolidam o tecido das microempresas, encontram solução para o equilíbrio do desenvolvimento sustentável, ficam mais aptos para processos inovadores, em resumo ficam mais fortes e resilientes.

Restam as últimas duas questões "Como cooperar?" e "Com quem?". De forma muito sucinta, importa identificar quais as necessidades do território em que o diagnóstico da estratégia local deve incorporar a cooperação, devem ser, desde o início identificados os temas fortes, as complementaridades que se procura, a experiência que se quer partilhar e o que se quer encontrar nos parceiros, a rede local a envolver no processo, os resultados esperados e os meios a afetar, não se pode fazer cooperação sem tempo, recursos humanos e financeiros.

A escolha dos parceiros é fundamental, não só devem responder ao que se pretende atingir no processo de partilha de experiências, mas devem ser dignos da confiança necessária para participarem no processo de desenvolvimento.

ESPAÇO ASSOCIADO

JUNTA DE FREGUESIA DAS DOZE RIBEIRAS O “constante desafio” de fixar população jovem

A Junta de Freguesia das Doze Ribeiras quer cuidar da sua faceta rural, dos seus idosos e ligar as crianças e jovens à terra, para que lá permaneçam.

As Doze Ribeiras é uma pequena freguesia da ilha Terceira, com os seus 431 habitantes, contados pelos Censos de 2021.

A localidade rural encontra-se envelhecida, o que leva a presidente da Junta de Freguesia, Sandra Mendes, a apontar o aumento da população, “principalmente crianças e jovens”, como um “constante desafio”.

Manter os jovens na freguesia passa, considera, também por um laço emocional. “É muito importante o envolvimento das nossas crianças e jovens nas atividades e associações, para criarem uma ligação à freguesia e, no futuro, haver um interesse de se fixarem cá e contribuírem, assim, um pouco para a fixação de jovens casais”, explica.

Para chamar habitantes e negócios, há argumentos, alguns apenas adormecidos. “Temos muitas habitações vazias, que podem ser grandes oportunidades de negócio e de fixação de população”, exemplifica Sandra Mendes.

Regista que tem havido “alguma procura de imóveis, por parte de estrangeiros e imigrantes”. “Estamos a tentar recolher o máximo de informação sobre as habitações vazias, de modo a perceber se existe a possibilidade de criar mais oferta para esta procura”, adianta.

Para além disso, diz, as Doze Ribeiras têm uma oferta cultural e desportiva para jovens e adultos, que inclui a filarmónica, o folclore e o futsal. “Temos boas infraestruturas na freguesia”, garante Sandra Mendes, que aponta a obra de ampliação da Sociedade Filarmónica Rainha Santa Isabel. O espaço foi inaugurado no dia 13 de agosto deste ano e inclui “um salão grande, uma cozinha industrial, dois fornos de lenha e balneários”, entre outras valências.

Agora e no futuro, a Agricultura não é esquecida. “É uma freguesia maioritariamente ligada à agropecuária e dar um pouco de dignidade a esta atividade é uma das nossas prioridades. Isso passa por criar boas condições. Queremos melhorar os caminhos agrícolas e a rede de abastecimento de água à lavoura”, garante.

CUIDAR DOS MAIS VELHOS

Se o futuro é feito dos mais novos, nas Doze Ribeiras também se pensa nos idosos.

“Tendo em conta o envelhecimento da população da freguesia e da ilha Terceira, existem muitos idosos que aguardam por vaga em instituições. Fazendo, por isso, todo o sentido a aposta em mais e maiores espaços destinados para este



efeito”, considera a presidente da Junta de Freguesia das Doze Ribeiras.

Na localidade foi criado um centro de dia, que não assumiu ainda essa função. Por agora, alberga valências como o posto de saúde, e recebe atividades, como as aulas de Yoga, o apoio ao estudo e ações de formação. É ali que o grupo de idosos das Doze Ribeiras reúne semanalmente.

“A direção da Casa do Povo está a trabalhar no sentido deste espaço funcionar como centro de dia, apoiando os idosos da freguesia e de fora desta”, assegura.

As soluções podem também ser originais. Conta que, na sede da junta de freguesia, presta-se serviços de cabeleireiro e estética, “com a vantagem que este serviço também é prestado ao domicílio aos mais idosos e a quem tem dificuldade de deslocação”.

A junta apoia os mais velhos na entrega de medicação ao domicílio e na formação na área de cuidados aos idosos e dependentes, bem como noutros aspetos.

Entretanto, nunca é esquecido o futuro. “Às crianças e jovens é disponibilizado o apoio ao estudo, tentando dar-lhes as mesmas oportuni-

dades que os outros jovens residentes junto dos centros urbanos têm”, frisa Sandra Mendes.

OS PROJETOS

O executivo da Junta de Freguesia das Doze Ribeiras tem várias tarefas na lista de prioridades. Um objetivo é “apoiar a agropecuária, criando melhores condições, nomeadamente o melhoramento dos caminhos agrícolas e a rede de abastecimento de água, bem como garantir a qualidade dos serviços prestados aos produtores agrícolas”.

A Junta de Freguesia também planeia criar um trilho pedestre.

De acordo com Sandra Mendes, executivos anteriores apresentaram candidaturas à GRATER e obtiveram apoio para a construção de um charfariz junto à sede do Grupo Folclórico das Doze Ribeiras e para uma parte da construção da Zona de Lazer, “espaço este muito usado pelos residentes da freguesia e num modo geral por toda a ilha”.

“Além de uma vista magnífica, tem um espaço de piquenique, uma casa em pedra com fogão e forno de lenha, casas de banho e uma praça de touros”, lembra.

Atualmente, indica, a Junta de Freguesia entregou uma candidatura à intervenção 7.5, no âmbito da estratégia de intervenção da GRATER e do Programa PRORURAL+, para equipar o Parque Intergeracional “criando, assim, um espaço infantil que não existe na freguesia e muita falta faz às crianças”.

O parque infantil tornaria mais completa uma zona que já tem campo de jogos, passeios para caminhadas, espaço para atuações e auditório. É, como diz a presidente da junta de freguesia, “um espaço de convívio, destinado a todos os residentes e quem nos queira visitar”.



PROJETOS EXEMPLARES

ERPI DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ANGRA DO HEROÍSMO

Comunidade sénior ganha mais segurança e bem-estar



Quando o sismo de um de janeiro de 1980 destruiu a casa de repouso instalada no extinto Hospital da Misericórdia, surgiu a necessidade de uma resposta.

O edifício do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH) foi construído a meados da década de 80 e é onde funciona a agora designada Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI).

Como aponta o provedor da SCMAH, Bento Barcelos, após quatro décadas, o edifício “evidenciava desconformidades internas quanto à existência de barreiras arquitetónicas, à necessidade de melhores acessibilidades, mais capacidade de movimentação de camas articuladas, alargamento de vãos das portas, etc” e também “face a novas regras e filosofias de funcionamento nos cuidados sociais, de higiene, de saúde e a maior privacidade, segurança e conforto para os utentes e profissionais”.

Avançou primeiro uma grande remodelação no primeiro piso, onde estão a enfermaria, os gabinetes médicos e de enfermagem, o posto farmacêutico interno e o Centro de Fisioterapia e Reabilitação.

As obras foram concluídas em 2018 e seguiram-se as “remodações e requalificações noutra parte da ERPI, no segundo piso, destinado a 42 utentes, dos dois sexos, com um nível médio de

dependência física e cognitiva”.

Segundo Bento Barcelos, trata-se de uma obra iniciada nos finais de junho de 2021 e concluída em fevereiro passado, que atingiu um custo total de cerca de 194 mil euros.

A intervenção foi realizada através de Contrato de Cooperação – Valor Investimento, com a direção regional da Solidariedade Social/vice-presidência do Governo Regional, no montante de

81.750 euros. O financiamento da SCMAH foi superior a 70.000 euros.

“Para que o melhoramento fosse global, incluindo o equipamento móvel, novas camas articuladas, cadeirões ortopédicos, mesas-de-cabeceira e de refeitório e eletrodomésticos de copa, num valor global de 44.236,48 euros, foi possível apresentar uma candidatura ao Prorural+/GRATER, aprovada no montante de 41.668,23 euros”, especifica Bento Barcelos.

O equipamento está há meses instalado e a ser “totalmente utilizado pelos utentes e profissionais”.

Para Bento Barcelos, tratou-se “de um bom contributo da GRATER, destinado, no seu todo, às 42 pessoas idosas, ou não idosas mas dependentes, residentes nesta ERPI, proporcionando a esta comunidade mais segurança e bem-estar” e “melhor funcionalidade para os profissionais que os apoiam e cuidam”.



SIDRA PRODUZIDA NA TERCEIRA CHEGA NA PRIMAVERA

Vai uma Bananika?

Esta primavera, com os olhos já postos nos meses quentes de verão, há uma nova bebida que vai refrescar a ilha Terceira. A Bananika resulta do aproveitamento de excedentes de banana e chega com uma palavra a dizer na chamada economia circular.

A ideia é do empresário Tibério Barbeito. Com um apoio de cerca de 40 mil euros do programa PRORURAL+, através de uma candidatura apresentada à GRATER, a unidade de produção localizada na Quinta dos Cedros, em São Bento, foi munida dos

equipamentos para a fabricação da bebida.

Lá, encontram-se tanques, uma máquina de engarrafamento, equipamento de refrigeração, entre outros, prontos a serem usados.

“Quero entrar no segmento de mercado da sidra, que está em crescimento. Será uma sidra das ilhas, a nossa imagem de marca”, afirma o empresário.

O objetivo anual em termos de produção começará por perto de 10 mil garrafas, direcionadas ao mercado local, mas não está fora de questão, a médio prazo, que a Bananika chegue a outras paragens.

Como tantas boas ideias, a bebida surgiu ligada a uma necessidade. “Tenho pomares e não sabia o que fazer com a banana que restava. Fiz gelados, bolachas, desidratei ... Como já fazia bebidas,

lembré-me de um vinho de banana”, conta Tibério Barbeito.

A experiência foi um sucesso e sucederam-se os testes. O projeto já foi premiado no concurso “Ready to Start Angra – StartUp Angra”.

Está estimado que o excedente de banana na Terceira ronde as 40 mil toneladas. “A ideia é absorver esse excedente e gerar mais receita, mais postos de trabalho e mais rendimento para os produtores”, refere. Para fazer compostagem, é utilizada a casca dos frutos. “O objetivo é aproveitar tudo”, vinca o empresário.

Será mais um produto da Terceira e dos Açores. “Tenho este gosto de querer inovar e lançar produtos novos. Sinto que a nossa região tem muito potencial e poucos produtos. Queremos ser criativos”, diz Tibério Barbeito.



ENTREVISTA

MIGUEL TORRES, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO MINHA TERRA

“Todos temos direito a sermos felizes no sítio que escolhemos para viver”

O presidente da Federação Minha Terra defende, em entrevista, que a tarefa de desenvolver os territórios rurais do país é uma questão de igualdade. A relação com os decisores políticos, vinca, tem de ser de “parceria”.

Que papel pretende que a Federação Minha Terra assuma no desenvolvimento do país e de regiões como os Açores?

Diria que a Federação assume, sobretudo, um papel de gestão de uma rede e de partilha de informação dessa rede de 70 organizações a nível nacional, que fazem a promoção do desenvolvimento local a partir daquilo que são os princípios fundamentais da iniciativa comunitária LEADER, que tem que ver com uma abordagem e com uma forma de encarar os territórios. Baseia-nos em estratégias locais, definidas em função do território, numa abordagem vulgarmente chama “bottom-up”, construída a partir daquilo que são as dificuldades que o próprio território e as suas pessoas identificam. Passa por parcerias locais muito fortes, por ações integradas e multisectoriais, cruzando diferentes áreas do conhecimento e da intervenção. Trata-se de um fortíssimo trabalho em rede. O que a Federação Minha Terra faz, de alguma forma, é ser o elemento agregador destas intervenções, desta rede de associações de desenvolvimento local que existe por todo o país. O trabalho em rede é fundamental para uma aprendizagem mútua, para que possamos melhorar o nosso objetivo fundamental, que é desenvolver as comunidades onde trabalhamos.

Isso é particularmente importante para regiões como os Açores?

É particularmente importante em qualquer território. A abordagem LEADER tem essa lógica, de estarmos a falar de territórios mais fragilizados e desprotegidos. É evidente que, depois, nas regiões ultraperiféricas, como, por exemplo, são os arquipélagos, algumas das questões agudizam-se de forma mais marcante, como a distância aos centros de decisão, algum isolamento, etc. Todas estas metodologias são importantes para contrariar essa lógica e esta rede pode ajudar a contrariá-la, porque faculta aos seus associados um conjunto de conhecimento mútuo, que pretende o apoio entre todos. Não



queremos processos de desenvolvimento que sejam feitos isoladamente. Quanto mais forte for esta rede, melhores, certamente, serão os resultados.

Quais são os desafios e potencialidades que identifica no âmbito da aplicação do novo Quadro Comunitário de Apoio?

Neste momento, os grandes desafios estão no facto de, contrariamente ao que acontecia em quadros comunitários anteriores, ter havido uma opção, por parte do Estado português, de retirar daquilo que era o mecanismo de apoio ao desenvolvimento dois fundos fundamentais, o FEDER e o FSE. Deixamos de ter uma lógica de cruzamento multifundos para fazer face aos desafios que o nosso território apresenta e, neste momento, de alguma forma, somos “empurrados” para uma lógica monofundo, que restringe a nossa capacidade de intervenção. Outro desafio é que os processos de desenvolvimento das nossas comunidades ainda estão, em alguns casos, em momentos bastante fragilizados. As circunstâncias atuais, com as consequências da pandemia e da guerra, fragilizaram ainda mais territórios que já eram fragilizados. Os desafios à volta da construção de estratégias de desenvolvimento, em que todos os cidadãos se possam rever, são essenciais. Os instrumentos

que vamos tendo para essas soluções não são exatamente o que queríamos, mas também é por esses que estamos neste momento a tentar lutar, para que o Estado português reconheça, nos grupos de ação local (GAL) e nas associações de desenvolvimento local, um parceiro fundamental para a aplicação desses fundos. Somos aqueles que têm uma rede de proximidade que permite que os fundos comunitários cheguem ao cidadão mais isolado. É um dos princípios fundamentais do próprio processo da construção europeia, o da proximidade entre a Europa e os cidadãos.

Qual gostaria que fosse a relação da Federação Minha Terra e dos grupos de ação local com os vários níveis de poder (autarquias, governos regionais e central)?

A relação que devia existir é de parceria. Somos um parceiro de aplicação das políticas públicas no território. É nessa lógica que gostaríamos de ser vistos. Não como beneficiários, mas como parceiros. Estamos nos territórios para ajudar a encontrar soluções. O nosso país, os nossos territórios, têm muitos problemas de desenvolvimento. Identificados esses problemas, é preciso que todos os atores com capacidade de intervenção possam trabalhar em equipa, em parceria, para aplicar as melhores soluções. Não somos aqueles que

estão permanentemente a reclamar o que quer que seja, mas queremos construir com os decisores políticos as soluções para os nossos territórios. É disso que todos estamos a precisar, dessa lógica de parceria, de encontro, de partilha, para sermos capazes, em conjunto, de encontrar essas soluções para os problemas com que todos vamos ser confrontados nos próximos tempos.

Essa forma de encarar a Federação e os grupos de ação local como parceiros existe ou há ainda muito caminho para fazer?

É um processo em permanente construção. Os grupos de ação local e as associações de desenvolvimento local estão a fazer este trabalho, com metodologia, há mais de 30 anos no terreno. Têm vindo a conquistar essa relação de confiança com os diferentes organismos da administração pública, sendo que há momentos em que esta relação fica mais fragilizada e outros em que se fortalece. Continuamos a lutar por essa demonstração e, sobretudo, pela demonstração da utilidade do nosso trabalho junto das comunidades. Todos os nossos territórios têm a beneficiar com isso e também o Estado central, porque está a fazer chegar as suas políticas públicas aos níveis mais isolados da comunidade. Depois, é muito patente no discurso público, hoje, que há uma grande dificuldade que o Estado sente na execução dos dinheiros que chegam da comunidade europeia. Os GAL têm um papel fundamental em ajudar nessa execução, por conta de fazerem chegar esse dinheiro às comunidades mais isoladas, aos atores mais fragilizados. Sobretudo no mundo rural e agrícola, podem auxiliar a executar esses fundos com maior proximidade.

Qual é a importância desta tarefa de desenvolvimento dos espaços rurais, tanto do continente como de regiões como os Açores? O que perdemos enquanto país se isso não for garantido?

Perde-se, sobretudo, o sentido democrático de que, se nasci e cresci nos Açores e optei por viver no arquipélago, devo ter as mesmas oportunidades que o meu concidadão que vive em Lisboa, no Porto ou em Coimbra. Tenho de ter o mesmo acesso, as mesmas possibilidades de desenvolvimento e saber que o Estado olha para mim como para qualquer outro cidadão. Todos temos direito a sermos felizes no sítio que escolhemos para viver. A lógica do desenvolvimento comunitário de todas as diferentes franjas da nossa comunidade, independentemente do território onde estejam, é essencial na construção da democracia.

NOTÍCIAS

WORKSHOP EM UPCYCLING COM A CIRCULAR BLUE

E do desperdício nasceu artesanato

Sandra Vieira tem um trabalho de vários anos, como técnica superior na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, na sensibilização para a separação, reutilização e reciclagem de resíduos.

Ao longo desse tempo, considera que as mentalidades foram mudando e que, principalmente os mais jovens, já olham para o futuro do planeta com novos olhos.

Foi uma das participantes no workshop em upcycling sobre “Desperdício Agrícola”, que se realizou, de quatro a seis de novembro, organizado pela GRATER através da empresa Circular Blue, que detém a marca “Nieta Atelier”.

Afirma que, “antes de reciclar, vem a palavra reutilizar”, o que, de certa forma, resume a formação.

No segundo dia do workshop, numa oficina criativa na Quinta da Junta de Freguesia da Terra Chã, mulheres com vários percursos, mas unidas por uma ligação ao ambiente e à agricultura, colocaram a criatividade sobre a mesa e transformaram uma tela em branco e um abajur nas suas próprias



peças de artesanato.

A formadora foi Nieta da Ponte Rocha, sócia da Circular Blue, ela própria com uma infância feita de memórias do meio rural e da exploração do avô, nas Doze Ribeiras.

Deixou a ilha em 1999 e frequentou a Universidade do Minho. A seguir ao curso superior, dedicou-se à área de arquitetura e interiores e, naquele que é o maior centro industrial têxtil do país, percebeu que matérias-primas que seriam descartadas podiam fazer nascer novos produtos.

De regresso à ilha Terceira, consi-

dera que “os desperdícios da agricultura e das atividades ligadas ao mar podem dar lugar a objetos de valor”, até “sofisticados”, dando verdadeiro sentido à expressão economia circular.

A serapilheira ou as folhas de maçaroca de milho, exemplificou, podem ser elementos do chamado eco design.

Na formação na Terra Chã, quis criar um espaço de calma e de liberdade em que as participantes conseguissem criar.

Para Mónica Rocha, diretora executiva da Circular Blue, o elemento humano que atravessou

a iniciativa é, embora possa não parecer à primeira vista, uma das suas mais-valias.

“Temos aqui mulheres de agricultores, habituadas a serem cuidadoras, que tiram um tempo só para si... O que levam pode traduzir-se em iniciativas delas, em fontes de rendimento e, sobretudo, na forma como olham para o desperdício das explorações agrícolas. É uma mensagem que levam para a família e que perdura”, considera. Mónica Rocha afirma que, “se tivermos atenção, os nossos avós, há 70 anos atrás, eram muito mais sustentáveis do que nós” e que, num contexto de crise, ambiental e económica, o upcycling, processo de criação de novos produtos a partir de materiais já existentes, será mais do que uma tendência, mas uma necessidade.

Os Açores, com a sua imagem verde, defende, só terão a ganhar.

(O workshop inseriu-se no âmbito do projeto de cooperação transnacional - Cultivar & Cooperar, financiado pela medida 19.3 do PRORURAL+).

SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DECORREU EM ANGRA DO HEROÍSMO

“Cultivar & Cooperar” uniu Açores, Continente e Cabo Verde por uma agricultura mais sustentável

O projeto de cooperação transnacional “Cultivar & Cooperar” permitiu que Açores, Portugal continental e Cabo Verde trocassem experiências para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável.

Angra do Heroísmo acolheu, a 25 de novembro, o seminário de encerramento do projeto que envolveu a GRATER (Terceira e Graciosa), Cabo Verde (Santo Antão) e o continente, através da associação de desenvolvimento local ADIRN (Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte).

A vice-presidente da GRATER, Fátima Amorim, salientou que o projeto deixa pistas para o futuro, por exemplo, na valorização dos resíduos agrícolas não orgânicos. Foram realizados inquéritos a

10% das explorações da Terceira e Graciosa, com vista a identificar a quantidade e o tipo de resíduos sólidos não orgânicos que são produzidos nestas explorações.

O objetivo foi verificar a possibilidade de trabalhar esses resíduos ao nível da economia circular. “Fazendo o aproveitamento desses resíduos e que estes se mantivessem por mais tempo na cadeia produtiva”, resumiu Fátima Amorim.

O diagnóstico apresentado no seminário de encerramento mostrou que os plásticos representam o maior volume destes resíduos nas explorações da Terceira e Graciosa. Na sua maioria, seguem para valorização energética, dado que, uma vez depositados nos contentores junto aos postos de leite, ficam contaminados.

Do ponto de vista de Fátima

Amorim, pode ser feito trabalho no sentido de uma maior separação e reciclagem destes resíduos. O projeto “Cultivar & Cooperar” sofreu algumas alterações com a pandemia, que não impediram que avançasse. “Estabelecemos parcerias com várias organizações de produtores da Terceira para trabalharmos uma agricultura mais sustentável e mais amiga do Ambiente. Foram assinados protocolos com a FRUTERCOOP, para desenvolver o modo de produção integrado, e trabalhámos também com a Bioazórica, com uma parceria para a promoção dos produtos biológicos”, enumerou. Foi desenvolvido trabalho com o Núcleo de Criadores de Raças de Carne da Ilha Terceira, com a temática do pastoreio em destaque.

Houve outros momentos mar-

cantes, como a visita de dois agricultores do território de intervenção da GRATER a explorações do continente, onde conheceram outras realidades, e a deslocação de técnicos da GRATER à ilha de Santo Antão, Cabo Verde.

Na ilha cabo-verdiana, vocacionada para a agricultura, mas que se debate com problemas graves de falta de água, foram abordados os desafios colocados pelas alterações climáticas.

Foram vários os workshops que decorreram no âmbito do projeto “Cultivar & Cooperar”. A iniciativa de cooperação transnacional, que movimentou aproximadamente 56 mil euros, foi aprovada no âmbito da Medida 19 - Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER, do PRORURAL+.

NOTÍCIAS

DOZE RECEITAS COM PRODUTOS LOCAIS PARA PROVAR AO LONGO DE 2023

A sustentabilidade nunca soube tão bem

Sopa de castanhas com feijão e canelos, produtos do mar marinados em limão com salada de meloa da Graciosa, favas estufadas com polvo...

Doze saborosas receitas com produtos locais e sazonais estão num calendário para 2023 e em vídeos que serão divulgados, ao longo do próximo ano, fruto de uma parceria entre a GRATER e a Fundação do Ensino Profissional da Praia da Vitória.

A ideia surgiu inserida no projeto de cooperação transnacional, financiado pela medida 19.3 do PRORURAL+, “Reducing the Distance: short supply chain between land and sea”, que aposta no conceito de “circuitos curtos” e que englobou dez grupos de ação local de Itália, da ilha de Sardenha, e três dos Açores- ADELIÇOR, ARDE e GRATER. Como assinalou a presidente do conselho de administração da GRATER, Paula Sousa, num jantar de apresentação deste trabalho, a oito deste mês, que assinalou também a conclusão do projeto transnacional, o grande objetivo foi a promoção dos produtos agroalimentares locais, da terra e do mar.

A GRATER desenvolveu ações próprias no âmbito do projeto transnacional, como esta, assente no calendário para 2023 e nos vídeos realizados por Ruben Tavares, colaborador da Escola Pro-



fissional da Praia da Vitória, que serão divulgados, mensalmente, nas páginas web e de Facebook da GRATER.

Outras ações foram a aposta na qualificação das empresas locais, com a realização da formação “O Marketing e a captação de novos mercados no sector Agroalimentar” ou a campanha alimentar em vários ATL’s da zona de intervenção, com dois jogos lúdico/didáticos que se encontram em fase de finalização.

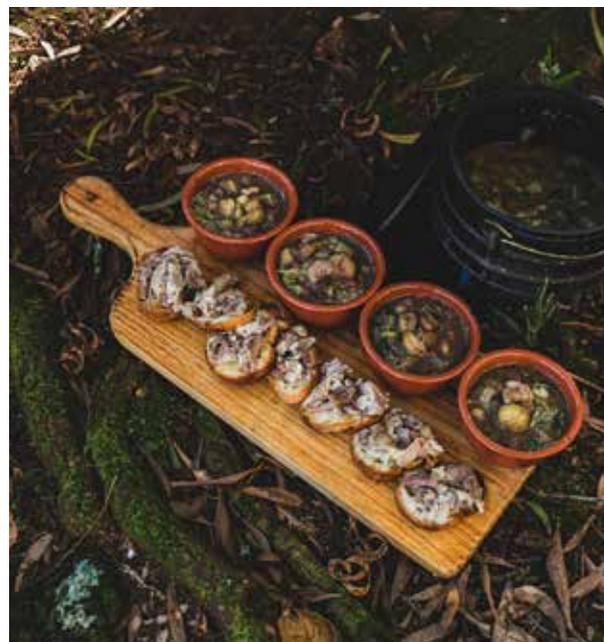
“Na génese deste trabalho contou-se com a parceria da nutricionista Beatriz Henriques, a qual ‘abraçou’ este projeto, desde o início, sem qualquer hesitação”,

destacou Paula Sousa.

Esteve no evento o secretário regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, António Ventura, que sublinhou as oportunidades abertas pelo LEADER e referiu que, em 2023, este instrumento deverá ser “reforçado” na região.

“Com esta mesma criatividade com que surgiu este projeto, podem surgir outros”, afirmou.

No que se refere ao projeto que colocou Açores e Sardenha em contacto, Paula Sousa referiu que “foram organizados dois grandes eventos, um em Sardenha, em julho, e outro nos Açores, em Ponta Delgada, no mês de outubro, am-



bos em formato de mercado rural no contexto de cidade, reforçando a ligação entre o meio rural e urbano e reforçando os circuitos curtos de abastecimento, nas modalidades de venda direta e indireta”. Produtores das duas regiões divulgaram os seus produtos e tiveram a possibilidade de estabelecer contactos comerciais.

No evento de degustação na Praia da Vitória, desfilaram sabores como asas de frango de churrasco com puré de alho da Graciosa e migas, cachaço de porco assado na brasa ou bolo de natal apurado com os aromas de um forno de lenha. Tudo para descobrir, no conforto de casa.

ELISA FERREIRA DESTACA OPÇÃO PELA SUSTENTABILIDADE

“Os Açores têm uma trajetória muito inteligente”, diz comissária europeia

A comissária europeia para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, defende que a trajetória dos Açores é “muito inteligente”, porque o arquipélago apostou num caminho de sustentabilidade.

“Os Açores têm uma trajetória muito inteligente porque, muito cedo, colocaram a sustentabilidade como um fator essencial de afirmação internacional e de afirmação também da vertente turística que é mais conhecida a cada dia”, disse, a meados de no-

vembro, após um encontro, em Bruxelas, com o presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro.

“Temos a noção de que, em Portugal em geral e no caso dos Açores e da Madeira, das regiões ultraperiféricas portuguesas, os apoios fazem sentido. Vê-se que há uma estratégia de desenvolvimento que é sustentada”, afirmou a comissária europeia.

Do ponto de vista de Elisa Ferreira, nos Açores há potencial para

desenvolver conhecimento científico em áreas como o Espaço, os Oceanos ou a Biodiversidade.

José Manuel Bolieiro defendeu, em declarações prestadas aos jornalistas após a reunião, um Programa de Opções Específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade (POSEI) para os transportes e o fim da taxa de carbono nas ligações aéreas para os Açores.

Referindo-se em termos gerais, Elisa Ferreira apontou que as re-



giões ultraperiféricas justificam mecanismos de apoio e compensação.

“A Europa, como todas as cadeias, é tão forte quanto forte for o seu elo mais fraco. Nós não queremos que as regiões ultraperiféricas sejam o elo fraco”, garantiu.

NOTÍCIAS

EVENTO DECORREU EM OUTUBRO NA ILHA DE SÃO MIGUEL Sardenha “visitou” os Açores em feira de produtos locais

“Sardinia Meets The Azores” (A Sardenha conhece os Açores), foi o evento que, de 21 a 22 de outubro, em Ponta Delgada, São Miguel, reuniu a GRATER, ARDE e ADELIAÇOR e os grupos de ação local da região italiana.

Uma feira de produtos locais divulgou, no Pavilhão das Portas do Mar, os sabores das duas regiões. A comitiva de Itália mostrou o que de melhor a Sardenha tem para oferecer a nível de gastronomia e artesanato.

O intercâmbio inseriu-se no projeto de cooperação “Reducing the Distance - Cadeias Curtas de mercado”, que encerrou este mês.

A GRATER fez-se acompanhar por cinco produtores do seu território de intervenção: Adega Cooperativa dos Biscoitos, Adega Cooperativa da Graciosa, Queijo Vaquinha, Fruitercoop e Quinta dos Açores.

Queijos, compotas, vinho, mel, iogurte e banana foram os produtos da Terceira e da Graciosa em destaque.



CURIOSIDADES do mundo rural As tradições de Natal açorianas

A quadra natalícia nos Açores faz-se de religiosidade, mas também de tradições animadas, como o “Menino Mija”, que enche as mesas de licores, outras bebidas, doces e salgados e junta pelas casas amigos e família.

Os presépios têm perdido dimensão, mas ainda há quem escolha ocupar parte de uma divisão ou todo um quarto com figurinhas de barro e materiais naturais. São pequenas “aldeias”, que lembram quadros da vida de Jesus, criadas por mãos pacientes. Também se preparam “altarinhos”

ao menino Jesus. Colocam-se a grelar trigo ou milho em pratos e tigelas, por exemplo, que, com laranjas e tangerinas, enfeitam a casa, o altarinho ou os presépios. Nove dias antes do dia 25, começam a rezar-se as novenas do Menino Jesus. A criptoméria é, muitas vezes, a árvore de Natal de escolha dos açorianos, mas as árvores artificiais estão a ganhar a preferência. Se há uma iguaria natalícia, essa será talvez o Bolo de Natal. Melão de cana, frutas cristalizadas, cravo-da-índia, canela e noz-moscada... E já cheira a Natal.



O Conselho de Administração e a Equipa Técnica da GRATER - Associação de Desenvolvimento Regional - desejam-lhe um Feliz Natal e um ano de 2023 repleto de prosperidade.